

## **Manifesto de Apoio à Resistência Indígena e Popular da ALDEIA MARACANÃ-RJ**

Nós, abaixo-assinados, de diversas etnias, aldeias e organizações indígenas, de apoio à causa indígena, de povos tradicionais, de defesa dos direitos humanos e cidadãos em geral viemos por esta manifestar nosso apoio à luta, à RESISTÊNCIA INDÍGENA da ALDEIA MARACANÃ, no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Exigimos a revogação da 'venda' ilegal da Aldeia Maracanã, sem que fossem ouvidas as 17 representações de etnias indígenas que ocupam este território, desde 2006, nem considerados seus aspectos históricos (ancestrais) e culturais que atestam sua destinação indígena, seu caráter público-comunitário (indígena) e federativo (multiétnico e intercultural), após décadas de abandono do imóvel pelo Estado (desde 1978).

A Aldeia Maracanã está sendo violada pelas condicionantes exigidas por empresas e organismos transnacionais para a realização dos megaeventos: como a exclusividade comercial, a suspensão dos direitos de ir, vir e ficar, de livre manifestação com a instituição de um novo tipo penal, o do sujeito 'terrorista'. Reproduz assim, no Rio de Janeiro, um padrão de funcionamento do Estado brasileiro que nacionalmente atua de forma a violar os direitos constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras populações tradicionais, assim como os seus territórios, em nome de interesses econômicos capitalistas poderosos associados ao agronegócio, aos grandes projetos de infraestrutura e da indústria extrativa, que defendem o seu direito à propriedade mas não respeitam os direitos coletivos à terra sagrada destes povos, e ainda querem tomar para si as terras públicas e os seus 'recursos naturais'. Neste sentido, aqui nos manifestamos:

1. Pela regularização fundiária do respectivo imóvel como reserva indígena federal, de usufruto e autogestão indígena;

2. Pelo reconhecimento público-estatal, promoção e constituição participativa da 1ª. UNIVERSIDADE-ALDEIA INTERCULTURAL INDÍGENA MARAKÁ ANÀNÀ (Maracanã, em Tupi) do Brasil, como reconhecimento dos saberes ancestrais dos povos originários, formação superior de cidadãos de diversas etnias indígenas, formação e auto-afirmação indígena da população brasileira e o fortalecimento das lutas indígenas em todo o Brasil, na América Latina (Aby Ayala) e internacionalmente, como um espaço em ativação que deve ser constituído, de forma participativa, por todas as etnias e movimentos indígenas do país;

3. Pela reparação dos danos sofridos pelos aldeados por ocasião da invasão da Aldeia e sua remoção violenta pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nos dias 12 de Janeiro e 22 de Março do ano de 2013, violando princípios e normas constitucionais e internacionais de direitos humanos; e pelo cumprimento do manejo indígena, sentença de 16 de dezembro de 2013;

4. Pelo reconhecimento das atribuições da Fundação Nacional do Índio e do Ministério Público quanto à tutela dos direitos dos índios que habitam em ambiente urbano, que correspondem a 54% da população indígena nacional, segundo o IBGE;

5. Pela extinção da PL 227 e da Portaria 303 da AGU e todos os projetos de mineração, hidrelétricas, extração de gás e petróleo, agronegócio, biopirataria e multinacionais em Terras Indígenas;

6. Pela demarcação e expansão de Territórios Indígenas, em contexto das florestas e cidades, e, no caso específico, a imediata demarcação da Terra Indígena Tekohaw, situada no Setor Noroeste, em Brasília (D.F);

7. Pela imediata paralisação e extinção da Usina Hidrelétrica Belo Monte;

8. Pela extinção do uso e plantio de sementes transgênicas e agrotóxicos que poluem a terra e os rios e fazem mal à saúde humana.

Movimento Aldeia Maracanã (R)existe! Contra o Retrocesso Social! Em Defesa da Constituição de 1988!

Seminário Nacional sobre Povos indígenas do Andes-SN  
Brasília, 15 de novembro de 2014